



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sábado, 9 de março de 2013

A CRITICA sim & não .....	1
OPINIÃO	
A CRITICA RESPONSABILIDADE NO USO DOS ROYALTIES .....	2
OPINIÃO	
A CRITICA PRÊMIO .....	3
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro .....	4
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Amazonas foi o Estado que menos denunciou violência contra a mulher .....	5
CIDADES	
DIÁRIO DO AMAZONAS Amazonas foi o Estado que menos denunciou violência contra a mulher (continuação) .....	6
CIDADES	

## sim & não

### PINGA FOGO

✘ O procurador-geral de Justiça do Estado, Francisco Cruz, foi ontem ao Tribunal de Justiça do Amazonas (TJ-AM) pedir prioridade para o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade que pode tirar o mandato do deputado federal Plínio Valério. Plínio tomou posse na quarta-feira.

✘ Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a logomarca da Suframa no Facebook, ontem, passou o dia em cor de rosa.

## RESPONSABILIDADE NO USO DOS ROYALTIES

O Congresso Nacional sacramentou a derrubada dos vetos feitos pela presidenta Dilma Rousseff a lei que estabeleceu uma nova redistribuição dos royalties de petróleo. Com isso, Estados não produtores vão colocar a mão numa "bolada" que antes estava restrita a uns poucos Estados. Dessa bolada toda, o Estado do Amazonas terá direito a quase R\$ 187 milhões, recursos que serão divididos pelo Estado e os 62 municípios. Os Estados produtores - Rio de Janeiro e Espírito Santo à frente - prometem empreender uma 'jihad' jurídica no Supremo

Tribunal Federal (STF) com vistas a reverter a decisão dos parlamentares e manter a regra atual, que concentra neles toda a renda gerada pela produção de petróleo no território deles.

Ocorre que, independente da futura decisão judicial a ser tomada pelos ministros do Supremo, uma discussão subjacente impõe-se no momento em que administradores municipais já miram de "olhos esbugalhados" a verba que se avizinha. Trata-se de ordenar o bom uso do dinheiro extra que virá da redistribuição. Não custa lembrar que o Amazonas é igualmente produtor de petróleo,

alías o segundo maior produtor em terra firme, tudo fruto da província petrolífera de Urucu, no Município de Coari, de onde, exatamente, vem o péssimo exemplo do uso de royalties. O município do Médio Solimões, que por força dos pagamentos feitos pela Petrobras, se tornou a segunda maior economia do Estado, desperdiçou quase tudo em ações frívolas, para dizer o mínimo. Neste sentido, será importante que os parlamentares, no bojo da lei, tenham a sabedoria de criar mecanismos que possam direcionar o uso dos recursos de forma a conter o desperdício e combater fortemente a

corrupção, pois como ensina o velho ditado, "quem nunca comeu mel, com ele se lambuza".

Do ponto de vista dos "perdedores", impõe-se criar mecanismos de compensação que permitam, pelo menos no médio prazo, reorganizar orçamentos subtraídos de recursos importantes.

Numa outra frente, será preciso revisitar um tema que desde a Constituição Cidadã de 1988 está em aberto: o pacto federativo. É ele que abre as portas para temas como a redistribuição de petróleo, mas também para a guerra fiscal e o choque institucionais.

## PRÊMIO

### **Fieam lança PQA em dia de visita do deputado Marco Maia**

Organizações com práticas de gestão e/ou processos de melhoria em sua qualidade já podem se inscrever no Prêmio Qualidade Amazonas 2013. O Prêmio, que é iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), por meio do Departamento de Assistência a Média e Pequena Indústria (DAMPI), comemora 20 anos nesta edição e é tradicionalmente conhecido por incentivo à qualidade organizacional no Estado.

As organizações podem se inscrever em duas modalidades: Processo ou Gestão, sendo que em Processo a empresa candidata poderá encaminhar relatórios distintos em resolução de problemas/implementação de melhorias, inovação e desenvolvimento sustentável

#### **VISITA**

Em sua passagem por Manaus anteontem, o deputado federal Marco Maia (PT/RS) foi recebido pelo presidente da Fieam, Antonio Silva, e ontem, pelo titular da Suframa, Thomaz Nogueira. Na Fieam, pode conhecer algumas das dificuldades enfrentadas pelo Polo Industrial de Manaus, principalmente em relação aos segmentos de Duas Rodas e Meios Magnéticos. Na Suframa, como a autarquia opera os incentivos fiscais da ZFM. Maia saiu pedindo aos empresários que divulguem mais o modelo. "Montem uma estrutura para mostrar a outros deputados que o Amazonas é importante para a economia do País", disse Maia

## Claro & Escuro

### INDICADORES

#### Caíndo no real

A Suframa formou 30 grupos de trabalho internos para elaborar estratégias de desenvolvimento do modelo Zona Franca de Manaus. Uma das mudanças envolve os indicadores do Polo Industrial de Manaus (PIM). Agora, a Suframa passou a considerar o real como moeda oficial e não mais em dólar.

## Amazonas foi o Estado que menos denunciou violência contra a mulher

Segundo a SPM-PR, foram registradas apenas 3.167 ocorrências no AM pelo Disque 180 em 2012

TEXTO Annyelle Bezerra  
FOTO Marcello Casal Jr/AB

MANAUS

**O** Amazonas foi o Estado brasileiro que menos denunciou casos de violência contra a mulher à Central de Atendimento à Mulher, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), por meio do Disque 180, em 2012. Segundo dados da SPM-PR, foram apenas 3.167 registros, contra 19.713 no Distrito Federal, o primeiro em número de denúncias.

Com 1,7 milhão de habitantes do sexo feminino e em 27º e último lugar, o Amazonas alcançou a taxa tímida de 183,10 ligações para cada grupo de cem mil mulheres. No primeiro colocado nacional, com 1,3 milhão de brasileiras, o índice chegou à marca de 1.473,62 para o mesmo grupo.

Pará (38.842), Bahia (66.524) e Alagoas (14.028) ocupam o 2º, 3º e 4º lugar, respectivamente.

No ranking da Região Norte, o Estado do Pará ocupou o primeiro lugar em denúncias de violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, no ano passado através do Disque 180. Foram 38.842, com taxa de 1.032,25 para cada grupo de cem mil mulheres.

O Amazonas é o segundo

**RANKING**  
Na Região Norte, o Pará ocupou o primeiro lugar em denúncias de violência física e psicológica



Com quase 2 milhões de mulheres, o Amazonas alcançou a taxa tímida de 183,10 ligações sobre violência para cada grupo de cem mil pessoas do sexo feminino em 2012

### AGRESSÕES

**19.713**

casos de violência contra a mulher foram contabilizados no Distrito Federal, que ocupa a 1ª posição no ranking de ocorrências em 2012

colocado, seguido por Rondônia com 3.008 denúncias e taxa de 392,04 para cada cem mil mulheres; Tocantins com 2.837 ocorrências e taxa de 416,59; Amapá com 2.611 ligações e taxa de 781,70; Acre com 1.691 registros e taxa de 463,38; e por último Roraima com 991 queixas e taxa de 446,63 para cada cem mil habitantes do sexo feminino.

Para a coordenadora da União Brasileira de Mulheres (UBM), no Amazonas, Vanja

Andréa dos Santos, a falta de conhecimento das amazonenses sobre o Disque 180 figura como a principal causa do baixo índice de denúncias.

“Nós e as demais entidades estamos sempre batendo na tecla da divulgação dos serviços de atenção e acolhimento. Até porque o 180 permite à mulher denunciar sem se expor tanto”, disse.

Santos destacou ainda que no Amazonas, diferente do que ocorre em Estados como Brasi-

### FRASE



**Vanja Andréa dos Santos.**  
Coordenadora da UBM

Nós e as demais entidades estamos sempre batendo na tecla da divulgação dos serviços. Até porque o 180 permite à mulher denunciar sem se expor tanto”

lia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a informação circula com menos facilidade e rapidez. Questionada sobre a situação atual das mulheres vítimas de violência, a coordenadora classificou como positiva as melhorias realizadas, como a Vara Maria da Penha, mas chamou a atenção para a dificuldade que as vítimas têm de revelar a agressão.

“A violência ainda está muito escondida dentro dos lares e das relações. Infelizmente, elas têm vergonha de se expor”, informou ela.

## Amazonas foi o Estado que menos denunciou violência contra a mulher (continuação)

### Comunidades ribeirinhas pedem esclarecimentos ao MPF sobre impactos da construção do Polo Naval

Temerosos com a consequência da implantação do Polo Naval de Manaus na orla do Puraquequara, zona leste, representantes das comunidades tradicionais ribeirinhas estiveram, na manhã desta sexta-feira (08), no auditório da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) para ouvir os esclarecimentos e expor seus posicionamentos sobre o tema ao Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM) e à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional Sustentável

da Aleam (CAAMA), em audiência pública.

Na ocasião, além das 19 comunidades ribeirinhas, estavam presentes representantes das entidades da Comissão Pastoral da Terra, Cáritas Arquidiocesana e SOS Encontro das Águas. O vice-presidente da comunidade de São Francisco do Mainá, Carlos Augusto Campos, 36, disse que além da questão antropológica, há a preocupação social e ambiental com a possível confirmação do polo na região.

“O governo destaca que irá gerar cerca de 30 mil empregos. Será que nosso povo vai ser beneficiado com isso? Essas pessoas querem gente qualificada. Somos pescadores e é disso que sobrevivemos”, ressaltou o vice-presidente.

Carlos frisou que nenhuma comunidade tem a intenção de atrapalhar o desenvolvimento de Manaus e do Amazonas, mas que é importante para os ribeirinhos entenderem onde serão afetados, como e para onde serão remanejados.

O procurador da República, Leonardo Macedo, fez questão de ressaltar a importância de que essas discussões surjam nesse momento, de fase inicial de elaboração do projeto, para evitar confrontos futuros e impactos negativos.

Fortalecendo a ideia do debate inicial, o deputado Luiz Castro disse entender a necessidade de esclarecer para toda sociedade como será a implantação desse projeto que, segundo ele, é uma importante alternativa de desenvolvimento.

“Isso não é uma audiência contra o Polo Naval, mas uma forma participativa, transparente e coadunada com a defesa do meio ambiente e dos interesses das comunidades tradicionais”, disse o deputado, destacando a comunidade de Jaturana que existe desde o final do século 18.

“O governo precisa mostrar o projeto à população, adequá-lo para que não atrapalhe essas comunidades, valorize e aproprie na sua concepção essas pessoas que moram na área rural de Manaus”, afirmou Castro. O Polo Naval será implementado em duas etapas. A expectativa é que, com a conclusão do projeto, sejam gerados cerca de 50 mil empregos. Os investimentos são de aproximadamente R\$ 1 bilhão.